

Brasil só volta a crescer com menor volatilidade

Catherine Vieira e Rodrigo Carro
Do Rio

A necessidade de reduzir a volatilidade e a vulnerabilidade externa como pré-requisitos para retomar o crescimento e o desenvolvimento sustentado do país foi o maior consenso entre os economistas que participaram do seminário "Política Monetária: choques e eficácia", organizado pelo Banco Central na última sexta-feira.

A estabilidade macroeconômica, primeiro passo para atingir isso, foi retomada com sucesso, comemorou o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa. "A partir de agora, no entanto, será preciso cuidar de outros fatores, como política industrial e principalmente marcos regulatórios", destacou Lisboa.

Nenhum dos economistas presentes espera mais do que os 1,5% estimados para o crescimento do PIB este ano, mas já há economistas, como Rodrigo Azevedo, do CSFB, que estão revisando para cima as estimativas para 2004. "Estou revisando de 2,5% para 3,5% a expectativa para o próximo ano", disse Azevedo. Seus argumentos para isto são a trajetória de queda da inflação e fôlego para cortar mais a taxa Selic, nos próximos doze meses.

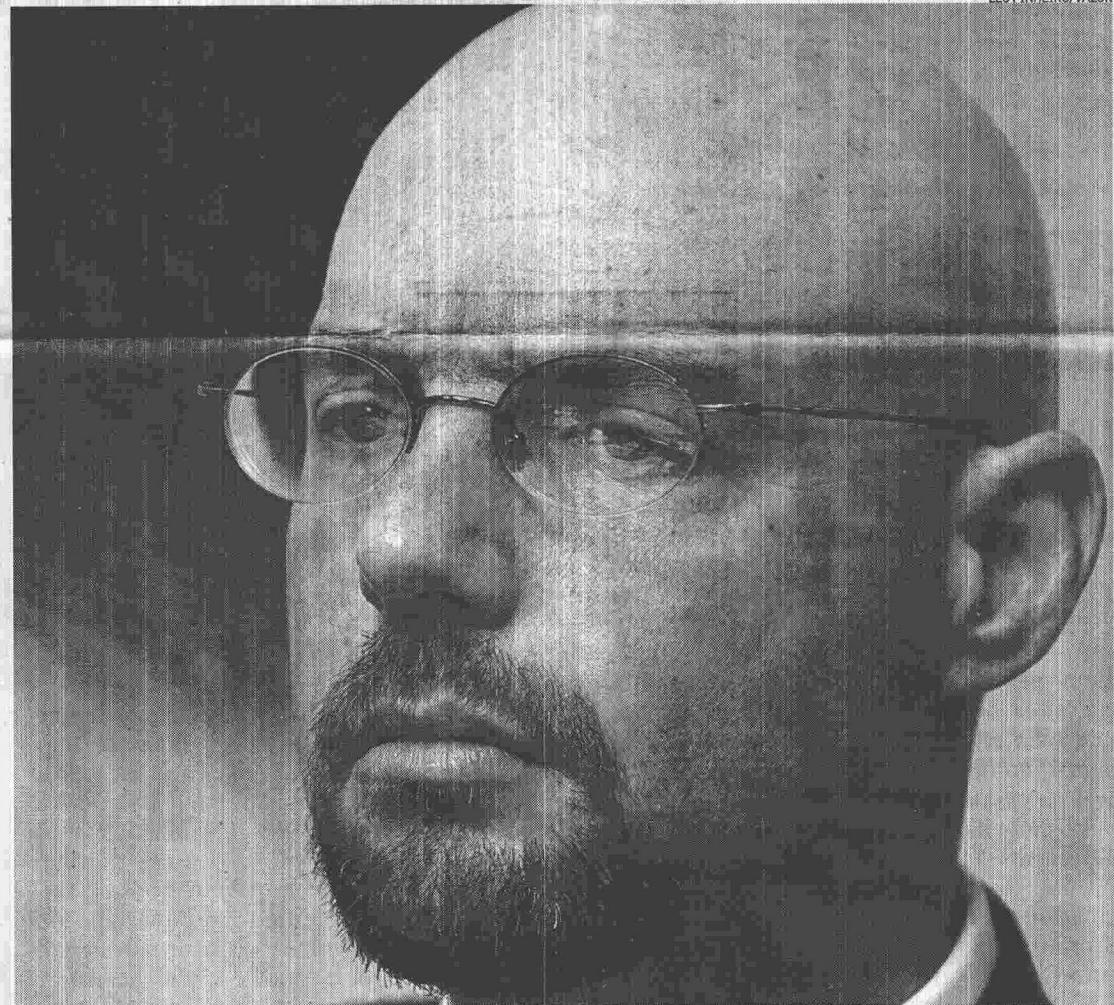
Por enquanto, os efeitos da queda na taxa básica de juros, delineada pelo Banco Central na mais recente reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), só começarão a ser sentidos, ainda de maneira muito leve, no quarto trimestre. Por esta razão, a expectativa é de que a retomada do crescimento só ganhará força a partir do

próximo ano, já que as alterações na taxa de juros demoram pelo menos dois trimestres para afetar o nível de atividade econômica.

"A antecipação do que o Banco Central está fazendo já deve ter levado a algum movimento que pode ter algum impacto no quarto trimestre deste ano", analisa Alexandre Schwartsman, economista-chefe do Unibanco. "Trabalhamos com alguma recuperação de atividade no quarto trimestre".

No longo prazo, a visão do ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore é de que há necessidade de outras ferramentas além da política monetária. "A taxa média de crescimento nos últimos 20 anos tem sido de 2,5% ao ano", lembrou Pastore, agora da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). "É preciso arrumar muitas restrições que existem na economia brasileira, de caráter fiscal, de caráter de ineficiência distributiva, de ineficiência sobre incidência tributária". Pastore também listou como medidas necessárias o desenvolvimento da infra-estrutura e a abertura com relação ao setor externo.

Para o economista Dionísio Carneiro, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o nível de expansão da economia brasileira este ano já está praticamente estabelecido, em torno de 1,5%. "O foco do crescimento este ano, do desempenho nas atividades (econômicas), não está mais na política monetária", sustenta Carneiro, frisando a importância de medidas que — na sua visão — diminuem o "desconforto" provocado pelas altas taxas de juros. Como exemplo das iniciativas nesse sentido já adotadas pelo governo ele cita a expansão



Alexandre Schwartsman, do Unibanco: "Trabalhamos com alguma recuperação de atividade no quarto trimestre"

do microcrédito e pequenos estímulos à construção civil e à infra-estrutura. "São (medidas) importantes para (diminuir) o desemprego", acrescentou.

Sérgio Werlang, diretor do Banco Itaú, frisou a importância das reformas estruturais para o desenvolvimento sustentável do país. "Há uma necessidade enorme de reformas estruturais. Eu acho que o crescimento potencial brasileiro hoje é abaixo de 3,5%. O crescimento potencial é aquele acima do qual você só pode crescer gerando momentaneamente inflação", disse Werlang. Para expandir

sua economia além desse patamar, o Brasil precisa — na visão do diretor do Itaú — perseguir o equilíbrio fiscal de longo prazo.

"Só vamos conseguir de fato atingir esse crescimento sustentado mediante a manutenção da estabilidade macroeconômica, com investimentos em infra-estrutura e uma política agrícola e industrial adequadas e investimento em tecnologia", diz o presidente da área de gestão do Banco do Brasil, Nelson Rocha Augusto, que prevê para os próximos dois ou três meses uma fase de investimento pesado na área de infra-estrutura.